



Rede Internacional de Gênero e Comércio
Boletim Periódico (IGTN) Vol. 4, nº 3
Março / abril de 2004
IGTN em Ação
www.IGTN.org

IGTN em Ação

- ♣ ♣ Seminário IGTN – Os Direitos das Mulheres e o Sistema Multilateral de Comércio: A Política de Institucionalização do Gênero (*Gender Mainstreaming*) na OMC – Maria Riley e Alexandra Spieldoch, Secretária da IGTN
- ♣ ♣ Apresentação IGTN na Audiência Pública da UNCTAD XI – Graciela Rodriguez, IGTN - Brasil

Informes atuais sobre Alfabetização Econômica Regional.

- ♣ ♣ Seminário de Alfabetização Econômica: O Trabalho das Mulheres e o seu Status na Economia Neoliberal – Gigi Francisco, IGTN – Ásia.
- ♣ ♣ Oficina de Alfabetização Econômica Regional: Descobertas de Trinidad e Tobago – Tara Ramoutar, IGTN - Caribe

NOTÍCIAS DO GÊNERO E COMÉRCIO

- ♣ ♣ Avisos
- ♣ ♣ Novos Recursos

IGTN em Ação

Os Direitos das Mulheres e o Sistema Multilateral de Comércio: A Política de Incorporação da perspectiva de Gênero (*Gender Mainstreaming*) na OMC

Maria Riley e Alexandra Spielloch, IGTN Secretária.

No dia 12 de março de 2004, a Rede Internacional do Gênero e Comércio (IGTN) e a Fundação Heinrich Boell (HBF) patrocinaram conjuntamente um seminário chamado “Direitos das Mulheres e o Sistema Multilateral de Comércio: A Política de Incorporação da perspectiva de Gênero (*Gender Mainstreaming*) na OMC”. Com duração de meio dia, esse evento foi realizado no *Institut des Hautes Etudes Internationales* (HEI), vizinho à OMC, e serviu de introdução para o debate mais amplo da comunidade global de mulheres com algumas das instituições internacionais sobre uma maneira eficaz de abordar os impactos diferenciados que o comércio tem exercido sobre as mulheres e os homens, inclusive alguns mecanismos para incorporar o gênero nas políticas de comércio. Em termos gerais, a posição da IGTN é a de que os modelos tradicionais de institucionalização do gênero (*gender mainstreaming*) são estreitos demais. Ao invés de assegurar um lugar para a análise de gênero no cerne das políticas comerciais, o *gender mainstreaming* tem normalmente reservado para as preocupações das mulheres um lugar à margem da agenda na qual estão sendo decididas as políticas econômicas.

Annekathrin Linck, Diretora de Programas sobre Gênero e Globalização da HBF, manifestou preocupação quanto ao fato de países membros da OMC estarem assinando regras de comércio sem considerar compromissos anteriormente assumidos na ONU com relação aos direitos humanos das mulheres. Ela defende que as políticas comerciais devam ser escritas, avaliadas e implementadas com base no cumprimento das leis e tratados sobre os direitos humanos assinados e atualmente em vigência na ONU.

Maria Riley, da Secretária da IGTN, fez um resumo geral das posições da organização. A Rede reconhece que o comércio não é neutro em termos de gênero e que não há igualdade no jogo entre os países membros. Quando se refere à igualdade, a IGTN inclui não só a igualdade de gênero, mas também a igualdade entre os povos e os países. A Rede apóia políticas de comércio que respeitem os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e os programas anti-pobreza. Assim é que se torna muito importante observar o que está realmente sendo negociado e elaborar posições específicas capazes de influenciar as discussões. Nesse contexto, a IGTN critica a falta de democracia nos processos da OMC. Sendo de longo alcance, as posições defendidas pela rede incluem reduzir o âmbito da OMC às questões específicas de comércio e retirar todas as barreiras culturais e sociais à participação das mulheres nos círculos responsáveis pela elaboração de políticas em todos os níveis. As metas de curto prazo da IGTN foram traçadas com base nas próprias negociações que se desenrolam atualmente sobre o comércio: o AoA, o GATS, os TRIPS e as TRIMS (agora mais voltadas especificamente sobre os Temas de Cingapura).

A OMC estava representada pela Sra. Adair Heuchan, consulesa da Missão Permanente do Canadá. A Sra. Heuchan apresentou uma visão geral do que entendia por êxitos na área da institucionalização do gênero e destacou alguns desafios constantes. Mencionou o Simpósio da OMC sobre Gênero e Comércio, realizado em Genebra em junho de 2003, em que o Diretor Geral da OMC Supachai, a ex-presidenta de Mulheres de Genebra na Rede do Comércio (GWIT) Cherise

Valles, Mariama Williams da IGTN, Adair Heuchan e outros fizeram contribuições ao debate acerca das razões pelas quais o comércio não é neutro em termos de gênero e como se poderia tratar disso em diversos níveis.

Segundo a Sra. Heuchan, o simpósio representou a primeira vez em que a OMC abordou essa questão e isso pode ser visto como uma conquista pequena, porém importante que indica um crescente diálogo entre a sociedade civil e a OMC sobre o tema. Ela fez lembrar ao público que o fato de diferentes fundações e ONGs (inclusive a IGTN) terem organizado eventos sobre o gênero e o comércio na reunião ministerial de Cancun é um marco para aumentar o diálogo dentro do movimento das mulheres. O fato de o gênero e o comércio estarem sendo estudados agora, através de uma força-tarefa entre agências, presidida pela UNCTAD, também mostra que as instituições internacionais começam a pensar de forma substancial sobre as implicações que giram em torno desse tema.

A Sra. Anh-Nga Tran-Nguyen da Secretaria da UNCTAD e Presidenta do Grupo de Trabalho entre Agências da ONU para Gênero e Comércio discorreu sobre a tarefa do Grupo. Desde 2000, a UNCTAD vem se comprometendo a estudar a questão do gênero e comércio nas suas reuniões. Recentemente a entidade esteve presidindo uma força-tarefa sobre o tema em que estavam incluídas todas as agências da ONU bem como do Banco Mundial, da OMC, da OCDE e da Secretaria da Commonwealth. Essa força-tarefa prepara uma publicação sobre gênero e comércio que será publicada e divulgada na reunião UNCTAD XI marcada para ocorrer em São Paulo em junho de 2004.

No nível interno, seus integrantes trabalham para melhor se esclarecerem acerca do gênero e comércio a fim de oportunamente fornecer uma pesquisa histórica substancial para ampla distribuição e utilização. A UNCTAD está organizando uma mesa redonda sobre gênero e comércio a ser realizada durante os eventos oficiais da UNCTAD XI no Brasil, onde a pesquisa também circulará para ser discutida. Embora não tenha ficado claro na apresentação da Sra. Tran-Nguyen, a IGTN certamente espera que a mesa redonda em questão leve as Nações Unidas e outros órgãos chave a um comprometimento de passar sempre a abordar o comércio a partir de uma ótica de gênero.

Gigi Francisco, Coordenadora da IGTN-Ásia, fez sua apresentação após a Sra. Tran-Nguyen. Ela acolheu a iniciativa da UNCTAD e agradeceu à Sra. Heuchan e à Sra. Tran-Nguyen pelo apanhado geral que fizeram dos êxitos na agenda da institucionalização do gênero (*gender mainstreaming*). Observou que, embora os mecanismos de gênero possam ser ferramentas úteis para monitorar o trabalho das instituições internacionais e seus acordos, eles não bastam nem deveriam ser o ponto de partida.

A Sra. Gigi Francisco declarou que, por exemplo, o Mecanismo de Revisão de Política de Comércio (TPRM) poderia ser uma ferramenta importante dentro da OMC para fazer os governos efetuarem mais avaliações do impacto social causado pelo comércio. Mas o efeito poderia ser o inverso, marginalizando as mulheres dentro da OMC. Ela ainda explicou que mecanismos de gênero (ou seja, o TPRM, o comitê externo, o gabinete para a igualdade entre os sexos [*gender desk*] etc.) que não resultem no engajamento de mulheres no cerne dos processos políticos e econômicos irão desviá-las de qualquer impacto real.

A Sra. Gigi Francisco discutiu cláusulas sociais como outro mecanismo de gênero bastante conhecido que algumas ativistas propuseram para fazer os governos prestarem contas dos direitos das mulheres. Tais cláusulas seriam linguagem a ser

incluída com força de lei nos acordos de comércio. Grupos ambientalistas e trabalhistas lutaram por esse mecanismo como uma forma viável de incorporar suas preocupações específicas. Mais recentemente, alguns grupos de mulheres vêm apoiando as cláusulas de gênero como um mecanismo prático. A IGTN considera problemática essa abordagem por duas fortes razões. Em primeiro lugar, ela atrela mais responsabilidades à OMC em lugar de reduzir sua abrangência; em segundo lugar, ela se torna uma maneira através da qual as mulheres tentam “conseguir uma fatia maior do bolo” sem desenvolver uma crítica política mais ampla quanto à natureza não democrática e ao modelo econômico falido das negociações. A Sra. Francisco declarou que as cláusulas sociais penalizam os países infratores sem reconhecer o fato de que o campo para atuação dos países na OMC não é nivelado. Exercer sanções sobre os países pobres sem criticar as causas geradoras da pobreza serviria apenas para piorar a situação dos países, de suas populações e do meio ambiente.

A Sra. Gigi Francisco concluiu reiterando que os mecanismos de apoio à integração da dimensão do gênero (*gender mainstreaming*) não devem ser o ponto de partida. Já que o comércio tem exercido impacto em áreas fundamentais como a atividade bancária e financeira, inclusive as leis internas dos países, torna-se importante elaborar uma crítica mais abrangente das mudanças que estão ocorrendo e estudar o sistema multilateral mais amplo a fim de encontrar pontos de inserção apropriados para incorporar o gênero nas políticas de comércio.

As apresentações se seguiram de um debate polemico entre as participantes.

O relatório completo do seminário pode ser encontrado no endereço:

<http://www.igt.org/Research/GenderTrade.htm>.

Participação da IGTN na Audiência Pública da UNCTAD XI

Graciela Rodriguez, 22 de abril de 2004

Esta palestra foi preparada por Graciela Rodriguez, coordenadora da IGTN-América Latina, sediada no Brasil, para a Audiência Pública em Genebra no dia 22 de abril. Essas audiências fazem parte da preparação para a 11ª reunião da UNCTAD que será realizada em São Paulo durante o mês de junho de 2004.

Segue-se um breve resumo de sua fala. O texto completo pode ser encontrado em português no endereço:

<http://www.igt.org/Recursos/Espanol.html>.

Os resultados dramáticos da liberalização do comércio e as conseqüências negativas da globalização sobre as mulheres e os homens do mundo inteiro nos levam a questionar urgentemente esses paradigmas globalizantes. Ao mesmo tempo, é impossível falar de comércio internacional sem situar as negociações no marco de uma militarização crescente e de múltiplas formas de pressão exercida pelos países mais poderosos do mundo sob a égide do “livre comércio”. A estagnação das negociações na OMC levou a uma série de negociações bilaterais e plurilaterais com os países menos desenvolvidos, intensificando o clima de intimidação em torno das negociações.

Uma análise das últimas décadas da liberalização do comércio nos setores importadores dos países em desenvolvimento mostra poucos ganhos para esses países e o mesmo se verifica com relação à produção voltada para a exportação. A experiência do México nos setores automotivo e nas *maquilas* durante os dez

primeiros anos do NAFTA demonstrou ainda mais que a produção voltada para a exportação conquistou pouquíssimos ganhos para a economia doméstica.

E mais: nos setores produtivos de muitos países, o comércio perpetua as desigualdades de gênero vigentes nas sociedades e solapa os objetivos dos programas de desenvolvimento que visam o avanço da igualdade de gênero. A liberalização do comércio não tem sido neutra com as mulheres. A bem da verdade, costuma ter um impacto negativo no trabalho de reprodução social das mulheres, costuma aumentar a brecha salarial entre as mulheres e os homens e duplica o fardo de trabalho das mulheres e as desigualdades com que se deparam cotidianamente, dentre outras coisas.

Mas nós reconhecemos o papel importante que o comércio internacional pode desempenhar no desenvolvimento dos países e é por isso que precisamos estudar com cuidado a correlação entre o comércio internacional, o gênero e o desenvolvimento e a igualdade dos países. Enfrentamos o desafio de dar visibilidade às correlações entre igualdade de gênero dentro dos países e igualdade entre os países, correlações essas detonadas por mudanças da liberalização do comércio que agravam desigualdades sociais. Os processos político, social e democrático dos países são cada vez mais afetados pelas decisões macroeconômicas tomadas pela OMC e outras negociações comerciais.

Precisamos expor a vasta gama de acordos comerciais que têm conseqüências imensas para o bem-estar dos povos do mundo, inclusive sua soberania e segurança alimentar, acesso a serviços básicos e remédios essenciais – elementos esses que são vistos como bens de troca na OMC e nos acordos comerciais bilaterais. Por essas razões precisamos expor os efeitos de um comércio que aumenta as desigualdades entre mulheres e homens, e articular regras que fomentem políticas comerciais mais justas dentro de uma maior igualdade de gênero. Nesse sentido, a UNCTAD, enquanto agência das Nações Unidas, precisa tornar-se um espaço para o avanço de alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável e a soberania dos povos e dos países.

Informes Atuais sobre a Alfabetização Econômica Regional

O Trabalho das Mulheres e seu Status na Economia Neoliberal

Gigi Francisco, IGTN-Ásia

Uma Oficina de Capacitação em Alfabetização sobre o Trabalho das Mulheres e o seu status na Economia Neoliberal foi realizada pela IGTN -Ásia entre 8 e 12 de abril de 2004 na Praia de Cha-am, na Tailândia. O evento foi co-patrocinado pelas Mulheres em Desenvolvimento -Europa (WIDE) e IGTN -Ásia.

Dentre as participantes, encontravam-se educadoras e organizadoras de sindicatos, grupos de apoio ao trabalho, organizações de trabalhadoras, um partido de trabalhadores e grupos baseados em comunidades, todos oriundos da Coreia do Sul, Hong Kong, Burma, Laos, Camboja, Tailândia, Malásia e Filipinas.

O treinamento deu às participantes a oportunidade de rever e aprimorar sua capacitação na área da educação popular junto a trabalhadoras e mulheres de comunidades, bem como na análise interseccional (raça, classe e gênero) da economia neoliberal. Os objetivos envolvidos foram:

1. Compreender melhor o significado das questões de gênero que surgem na economia neoliberal / liberalização do comércio;
2. Aprimorar a capacitação dos educadores populares junto a trabalhadoras e ativistas das comunidades;
3. Aumentar a autonomia para romper com as camadas de mitos e normas que cercam o trabalho e o status das mulheres na economia neoliberal; e
4. Aplicar o conhecimento e as habilidades desenvolvidos na oficina ao nosso trabalho contínuo de educação das trabalhadoras e nas comunidades.

Para muitas das participantes, a economia feminista foi um tema novo, embora elas já viessem formando e organizando trabalhadoras há algum tempo. Todas aproveitaram a distinção entre sexo e gênero, bem como o conceito de trabalho / economia dos cuidados e da assistência (*care economy*). Algumas das complexidades identificadas em torno das mudanças na produção e no trabalho causadas pela globalização neoliberal foram: (1) informalização crescente do trabalho dentro da economia formal e aumento do emprego feminino; (2) interligação da economia formal com a informal onde o trabalho feminino migratório desempenha um papel crucial; e (3) a privatização dos serviços de atendimento.

A aprendizagem das participantes cobriu os seguintes módulos de conhecimento:

1. Sexo, gênero e socialização do gênero.
2. O trabalho das mulheres e dos homens (baseado no mercado / produção e atendimento / trabalho de reprodução social).
3. Economias formal e informal.
4. Trabalho e migração.
5. Temas na produção e reprodução social.
6. Crítica à governança global usando a lente do gênero: foco na Organização Mundial do Comércio (OMC)
7. Crítica à governança global a partir de uma ótica do gênero: foco nas Áreas de Livre Comércio.

Para uma aprendizagem mais lúdica, os conceitos extraídos da teoria econômica feminista foram simplificados pelo uso de técnicas, ferramentas e métodos mais criativos e participativos, dentre os quais os métodos AHAH e ADIDS, a análise interseccional, a análise estrutural, o uso de matrizes, jogos, dramatização, vídeos instrucionais e o convívio de circunstâncias da vida e do trabalho. A abordagem geral do treinamento começava pelas experiências pessoais das participantes e buscava despertar percepções através de um entrelaçamento abalizado dessas realidades. As principais referências usadas para a seção de metodologias foram o Manual de formação popular em alfabetização econômica elaborado pela WIDE na Europa e o Manual de treinamento em direitos humanos elaborado pela ARRC na Ásia. Em breve será lançado um vídeo institucional da oficina.

Para maiores informações, contatar Gigi Francisco no endereço:
jfrancisco@mc.edu.ph.

Oficina de Alfabetização Regional: A Situação em Trinidad e Tobago Tara Ramoutar, CAFRA

A Rede de Gênero e Comércio do Caribe (CGTN) realizou uma oficina de alfabetização econômica regional em São Vicente e Granadinas em fevereiro de 2003. A oficina visava: (1) apresentar as participantes o conceito de Alfabetização Econômica e os de Gênero e Desenvolvimento Sustentável com seus respectivos

papéis no trabalho da Alfabetização Econômica; (2) propiciar as participantes uma oportunidade para definirem seu papel na transferência de conhecimento através das atividades da alfabetização econômica; e (3) elaborar um programa de alfabetização econômica que abrangesse toda a região.

As participantes concordaram em trabalhar em prol da formação de um Comitê de Alfabetização Econômica para treinamento contínuo com elaboração ininterrupta de materiais sobre alfabetização econômica. Além disso, será formada uma Lista para dar início ao compartilhamento de informações, comunicações e aprendizagem do assunto no âmbito de toda a região. Este breve artigo faz um apanhado geral da situação em Trinidad e Tobago.

No momento, a região do Caribe está envolvida em diversas negociações multilaterais (a saber, na OMC, ALCA, ACP-EU, Acordo de Cotonou, dentre outras) que irão definir a agenda das políticas e o impacto sobre as previsões de desenvolvimento econômico em praticamente todos os setores e áreas das economias e sociedades caribenhas.

Grande parte da formulação de políticas está desligada das políticas industriais e daquelas voltadas para a inovação. Não se tem dado atenção em nível mensurável para as necessidades de novas indústrias e exportações. Isso é oriundo parcialmente da noção de que mercados livres darão os sinais necessários para a renovação dos investimentos e da economia. E mais, o problema está relacionado com uma falta de capacidade institucional e de recursos intelectuais para delinear políticas criativas e alternativas.

O governo de Trinidad e Tobago está fazendo *lobby* para que a sede da ACP venha para Trinidad. Até o momento, foi feito muito pouco no sentido de instruir o povo acerca do impacto do NAFTA, que já conta dez anos de existência, sobre os países participantes e as implicações que a ALCA teria em suas vidas. Assim, fica a encargo de ONGs e grupos da sociedade civil executar o trabalho do governo.

Os grupos mais afetados pelo impacto da liberalização do comércio seriam as mulheres e crianças. Com a abertura dos mercados, prevê-se que haverá uma chuva de bens de má qualidade e os trabalhadores autônomos, em geral envolvidos com a agricultura ou pecuária, começarão a ser esmagados pelos preços e acabarão forçados a fechar seus negócios. Haveria também uma chuva de remédios de qualidade abaixo dos padrões, o que exercerá um efeito negativo no setor da saúde e no papel desempenhado pelos responsáveis em primeira instância por cuidados e atendimento das pessoas em geral, normalmente mulheres.

Uma reforma no setor da saúde envolve novos pacotes de empregos e a maioria dos profissionais da saúde que se encontram na faixa mais baixa de renda no setor é composta de mulheres. Segundo artigos publicados em jornais, as trabalhadoras no setor da saúde protestaram dizendo que seus interesses não são levados em conta e que elas não foram consultadas acerca da criação desses pacotes.

Em Trinidad e Tobago, não foi surpresa alguma o conflito que se seguiu entre os sindicatos de classe e o estado. As novas condições não atenderam às expectativas das mulheres, que haviam empenhado muito do seu tempo e energia no setor do atendimento e dos cuidados em geral e estavam ansiosas para melhorar sua situação bem como o status da sua profissão.

À medida que continuam a aflorar os impactos negativos das políticas de privatização e desregulamentação e dos vários acordos comerciais sobre as

mulheres, as famílias e as comunidades de Trinidad e Tobago, cresce a necessidade de informar a população acerca dessas políticas, acordos e negociações comerciais, e de capacitar a população para fazer *lobby* junto ao seu governo em prol de políticas que sejam mais favoráveis ao desenvolvimento e à igualdade de gênero. As oficinas e os treinamentos de alfabetização econômica que a IGTN começou a fazer são um passo positivo nesse sentido.

Para maiores informações, entrar em contato com Nelcia Robinson no endereço: cafrainfo@wow.net.

Avisos

- – **Conferência Anual da WIDE em 2004 – Globalização dos Direitos das Mulheres: Confrontando o Desenvolvimento Desigual entre o Arcabouço dos Direitos na ONU e os Acordos Comerciais da OMC**
Bonn, Alemanha, 20 a 22 de maio de 2004
- A conferência da Women In Development-Europe (WIDE) deste ano irá se concentrar na Globalização dos Direitos das Mulheres: Confrontando o Desenvolvimento Desigual entre o Arcabouço dos Direitos na ONU e os Acordos Comerciais da OMC.

Os objetivos do evento serão:

- ♣ ♣ Informar sobre as contradições e dilemas que os acordos da ONU e da OMC criam para os direitos das mulheres;
- ♣ ♣ Esclarecer em que estado tudo se encontra depois da Reunião Ministerial da OMC em Cancun e antes da reunião de Beijing + 10 em 2005;
- ♣ ♣ Redefinir ou traçar posições com relação a conceitos de desenvolvimento, políticas econômicas, atores nos acordos multilaterais e perspectivas alternativas; e
- ♣ ♣ Elaborar propostas concretas para o trabalho futuro da WIDE e inspirar ação, incidência e estratégias políticas para intervenção na UE e nos níveis multilaterais.

Para maiores informações, entrar em contato com Barbara Specht no endereço: barbara@wide-network.org.

Novos Recursos

- – **CAFTA e Abaixo-assinado das Mulheres e Publicação de Apoio**

Este abaixo-assinado e esta publicação de apoio foram escritos em conjunto por representantes do movimento das mulheres e do movimento social nos EUA e na América Central, sob a liderança da USGTN (Rede de Gênero e Comércio dos Estados Unidos) e da organização Las Dignas de El Salvador.

Os documentos expõem o potencial devastador que os impactos do CAFTA terão sobre as mulheres em toda a América Central nas áreas dos serviços essenciais, da segurança alimentar, dos direitos da propriedade intelectual e ainda sobre a mão-de-obra, e conclama os deputados e senadores dos EUA e os políticos todos da América Central a se oporem ao acordo caso este lhes seja apresentado para votação.

Para obter acesso ao texto do abaixo-assinado e à publicação de apoio, tanto em inglês quanto em espanhol, visite o site www.igtn.org. Caso queira acrescentar sua organização à lista de signatários, envie um email para fnageer@coc.org.

- **Folha de Fatos Atualizados: Impactos do CAFTA sobre o Gênero** – Farah Nageer, Secretaria da IGTN

Essa folha de fatos atualizados pode ser encontrada no endereço: http://www.igtn.org/NorthAmerica/North_America.htm.

- **“O Descrédito com que os Países em Desenvolvimento Vêm as Políticas Multilaterais”** – Mariama Williams, IGTN

Escrito por Mariama Williams, pesquisadora conselheira da IGTN, este artigo foi publicado no número do D+C Development and Cooperation Journal de março de 2004.

Nele, a Dra. Williams discute por que os países em desenvolvimento perderam a fé nas políticas multilaterais e que impacto isso vai ter sobre a sua participação nas discussões acerca do fornecimento de bens públicos globais. Ela destaca cinco condições prévias que precisam ser atendidas para facilitar a participação dos países pobres nessa importante discussão, inclusive a convocação para qualquer agenda acerca dos bens públicos globais para tratar das questões da pobreza, igualdade e gênero, dentre outras.

Para obter maiores informações, visite <http://www.fsd.de>.

- **O Comércio e o Emprego Feminino em Alguns dos Países Latino-americanos** – Alma Espino, IGTN-Uruguai e CIEDUR

Escrito pela economista Alma Espino da Rede de Gênero e Comércio da América Latina (LAGTN), este trabalho de pesquisa faz parte de uma série que visa propiciar uma base analítica sólida e bem-fundada para a integração das questões de gênero na análise do impacto gerado pelos acordos e políticas de liberalização e comércio. As descobertas deste estudo se pretendem um apoio para as estratégias de incidência da sociedade civil no que tange as negociações comerciais nacionais, regionais e multilaterais.

A pesquisa visa a: (a) melhorar a compreensão do impacto causado pelas políticas comerciais, particularmente os acordos regionais e bilaterais assinados por cada um dos países incluídos no estudo; (b) identificar quais setores da economia observaram um fluxo de trabalhadoras em consequência da liberalização comercial, e explorar a forma como a liberalização afetou as trabalhadoras numa comparação com os trabalhadores; e (c) fortalecer a capacidade que têm as mulheres e as organizações de mulheres para influenciar as decisões políticas nos níveis local, regional e internacional.

Este estudo também estará disponível em espanhol em breve. Para saber mais, envie um email para Alma Espino no endereço:

aespino@chasque.net

O documento também pode ser visto no endereço:

http://www.igtn.org/LatinAmerica/Latin_America.htm

- **Abertura Econômica e Relações de Gênero: O Caso Uruguai** – Alma Espino e Paola Azar, IGTN-Uruguai

Recém-divulgado, este trabalho de pesquisa foi escrito por Alma Espino e Paola Azar da Rede de Gênero e Comércio da América Latina (LAGTN).

O estudo se concentra: (1) no impacto das políticas de liberalização comercial do Uruguai durante a década de 1990 sobre o desenvolvimento sócio-econômico do país; (2) na participação das mulheres na força de trabalho; e (3) nas lacunas salariais conforme o gênero e outros impactos gerados pelas relações comerciais e sofridos pelas mulheres na força de trabalho.

Este estudo também estará disponível em espanhol em breve. Para maiores informações, envie um email para Alma Espino no endereço:

aespino@chasque.net

O documento também está disponível no endereço:

http://www.igtn.org/LatinAmerica/Latin_America.htm

↳ ↳ **Estratégias das Mulheres para a OMC** – Rede de Gênero e Comércio da América Latina (LAGTN)

Esta publicação foi compilada após um seminário internacional chamado “Estratégias das Mulheres para a OMC” que foi realizado em 23 e 24 de junho de 2003 no Rio de Janeiro. O seminário foi patrocinado conjuntamente por LAGTN, IGTN e a Rede Brasileira para a Integração dos Povos.

Seguem-se alguns dos tópicos cobertos pela publicação: globalização no pós-guerra: unilateralismo X multilateralismo, comércio internacional, desenvolvimento e gênero; a OMC e as perspectivas para as negociações a partir da ótica dos países em desenvolvimento; temas dentro da OMC tais como agricultura, serviços e direitos da propriedade intelectual; Doha e os novos temas; e as dimensões do gênero envolvidas na ALCA e noutros acordos comerciais regionais e bilaterais. O livro se encerra com uma declaração sobre os direitos das mulheres e os acordos comerciais que surgiram no seminário.

Esta publicação foi produzida em fevereiro de 2004 pelo capítulo latino-americano da IGTN com o apoio da Fundação Heinrich Boll e do Instituto Eqüit e está disponível em português.

Para maiores informações, favor entrar em contato com Graciela Rodriguez no endereço graciela@sere.org.br ou visitar o site da LAGTN na Internet: www.generoycomercio.org.

↳ ↳ **Examen de los Efectos del Comercio: Estudio de Caso de México – El TALCAN y el ALCA: Análisis de Género del Empleo y Los Efectos en la Pobreza en la Agricultura – Women’s Edge Coalition**

Esta é a versão em espanhol de um estudo concluído pela Women’s Edge Coalition em novembro de 2003. As versões em espanhol e em inglês se encontram disponíveis no endereço:

http://www.igtn.org/NorthAmerica/North_America.htm.

↳ ↳ **Em busca de uma Responsabilização pelos Direitos Humanos das Mulheres: As Mulheres Debatem as Metas de Desenvolvimento para o Milênio da ONU** – Coalizão Internacional das Mulheres para a Justiça Econômica (WICEJ)

Esta publicação fornece uma gama de perspectivas levantadas por mulheres do mundo inteiro sobre as Metas de Desenvolvimento para o Milênio, inclusive se é importante, e até que ponto o seria, engajar-se nos processos de desenvolvimento multilateral dos governos, como as próprias metas e as oportunidades e desafios que elas apresentam para as mulheres.

Para maiores informações, visite www.wicej.org.

- → **As Mulheres e as Metas de Desenvolvimento para o Milênio** - Ana Elena Obando, Rede dos Direitos Humanos das Mulheres (WHRnet)

Encontrável na página da WHRnet na Internet, este artigo se concentra em críticas fundamentais feitas por organizações internacionais de mulheres às Metas de Desenvolvimento para o Milênio. Ele contém os desafios e as oportunidades que as Metas apresentam para o avanço dos direitos das mulheres já conquistados nas conferências da ONU na década de 1990.

A publicação destaca que “a igualdade entre os países, bem como entre as mulheres e os homens, requer um pacto global e local pelos diferentes poderes em cada esfera da atividade humana. Mesmo nos casos onde prevaleçam questões relativas aos direitos humanos, ao desenvolvimento sustentável e ao desenvolvimento social, a defesa dos direitos das mulheres deve ir além das Nações Unidas. O número crescente de instituições financeiras internacionais (Organização Mundial do Comércio, FMI e o Banco Mundial, bem como os bancos de desenvolvimento regional) e a agenda por eles promovida determinam a política global e as metas e objetivos de qualquer política de desenvolvimento. Inclusive, as Metas de Desenvolvimento para o Milênio não serão atingidas se as políticas neoliberais continuarem aumentando as lacunas de gênero”.

Para maiores informações, visite: <http://www.whrnet.org/docs/issue-mdg.html>.

- → **Entregando os Nossos Direitos no Comércio – As Mulheres Trabalhando nas Cadeias Globais de Abastecimento**
Oxfam International, 2004

Esta publicação apresenta as descobertas de um estudo conduzido pela Oxfam International com parcerias em 12 países que examina como as práticas exercidas pelos varejistas das grandes marcas de roupas, dos supermercados e das lojas de departamentos, no sentido de jogar para os produtores os aumentos de riscos dos custos e do ramo em que atuam, têm causado impacto sobre as mulheres que trabalham nas cadeias de abastecimento do mundo inteiro.

O texto examina o impacto dessa tendência sofrido pelas trabalhadoras e suas famílias, o papel da globalização na perpetuação desse modelo, os diferentes fatores que contribuem para a precarização das condições de trabalho para as mulheres nas fábricas em geral e as pressões que sofrem pequenos produtores agrícolas e trabalhadoras por eles contratadas de forma a conter os custos da mão-de-obra. O capítulo final dessa publicação apresenta recomendações para que o comércio funcione para as mulheres.

Para ler mais ou baixar o documento, visite www.maketradefair.com.

Para receber por *email* o Boletim Mensal da IGTN, escreva para secretariat@igtn.org colocando “assinar” na linha do assunto e o seu nome e organização no corpo da mensagem. Para ler números antigos do Boletim, vá ao site da IGTN na Internet: <http://www.igtn.org/Bulletins/Bulletins.html>.